O PROJETO

O "Corredor Cultural da Praça da Estação" é um projeto de reforma urbana proposto em março de 2013 pela Fundação Municipal de Cultura (FMC) de Belo Horizonte, com o objetivo de "revitalizar" as áreas adjacentes à Praça da Estação, em Belo Horizonte – onde seria montada a estrutura da FIFA durante a Copa do Mundo de 2014. A proposta refere-se à área compreendida entre a Avenida dos Andradas, na altura da rua Varginha, e o Parque Municipal.

Conforme explicitado pelo presidente da FMC, Leônidas de Oliveira, o projeto objetivaria mudar o visual e fortalecer a vocação artística da região. A proposta inclui a instalação de sinalização interpretativa e iluminação monumental, a implantação da futura sede da Escola Livre de Artes e um projeto de re-estruturação urbanística cuja primeira etapa foi desenvolvida pelo escritório André Buarque Arquitetura, contratado e financiado pela Construtora Patrimar como contrapartida à aprovação de edificação em imóvel pertencente ao Conjunto Urbano Avenida Barbacena/Grandes Equipamentos.

O valor total do projeto foi estimado em 21,8 milhões de reais e seria pleiteado junto ao Ministério da Cultura, por meio do Programa de Aceleração de Crescimento (PAC) das Cidades Históricas. A primeira reunião pública para a discussão do "Corredor Cultural da Praça da Estação" foi realizada em 13 de março de 2013, no Museu de Artes e Ofícios, situado na Praça da Estação. Na ocasião, agentes da Fundação Municipal de Cultura apresentaram à população civil um diagnóstico da área e as diretrizes gerais do projeto.

ESQUEMA DO PROJETO APRESENTADO PELO ESCRITÓRIO ANDRÉ BUARQUE ARQUITETURA – ÁREA DE ANÁLISE

Fonte: Adaptação do Google Maps

ESQUEMA DE PROJETO APRESENTADO PELA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA

Fonte: Adaptação do Google Maps

QUESTIONAMENTOS E CRÍTICAS

A falha principal do processo residiu no fato de o chamado à participação popular ter se dado em um momento no qual as principais decisões já haviam sido tomadas. A própria pertinência da realização de um corredor cultural naquela área não foi discutida de maneira democrática, sendo a participação da Comissão Representativa da Sociedade Civil restrita a questões de desenho e formalização daquilo que, em princípio, já havia sido imposto.

A DISCIPLINA

A discussão da pertinência de se construir um corredor cultural em um local no qual o mesmo já existia serviu enquanto ponto de partida para o desenvolvimento, no primeiro semestre de 2013, da disciplina UNI009 da Escola de Arquitetura da UFMG, coordenação: professora Natacha Rena, monitora: Paula Bruzzi. A disciplina recebeu o nome de Cartografias Críticas e teve como escopo a realização de mapeamentos da área do Corredor Cultural com o intuito de demonstrar as potencialidades já existentes no local. A turma foi dividida em quatro grupos, a partir do mesmo princípio que norteou a conformação da comissão representativa atuante no projeto do corredor cultural. Comerciantes, População de rua, Movimentos artísticos e culturais e o último pela Arte de rua.
Com o intuito de potencializar as conexões entre os equipamentos já existentes na região, propôe-se como atividade conclusiva da disciplina uma ocupação artístico-cultural no baixio do Viaduto Santa Tereza, área que seria fortemente afetada pelo projeto Corredor Cultural da Praça da Estação, da FMC.

MAPEAMENTO POPULAÇÃO DE RUA

Fonte: CIOFFI, GONÇALVES, KUBITCHEK , 2013

MAPEAMENTO COMERCIANTES AMBULANTES

ANA PAULA

Fonte: JACOB, BRISOLA, AMATO, LOBATO, 2013

AS REUNIÕES

Comissão Representativa da Sociedade Civil. Devido à importância do local para a cena cultural independente de Belo Horizonte (Duelo de Mc's e outros) e aos riscos que a proposta poderia gerar para as atividades já realizadas no mesmo, foi solicitado junto à Fundação Municipal de Cultura que uma Comissão Representativa da Sociedade Civil (CRSC) acompanhasse de perto o desenvolvimento do projeto.

Tal pedido foi acatado e representantes de cada uma das "esferas" sociais atuantes na área da Praça da Estação foi eleita em audiência pública realizada na FUNARTE em 21 de março de 2013. A CRSC, cujo objetivo seria garantir a participação efetiva da população na concepção e usufruto posterior do projeto, foi oficializada em 18 de abril de 2013 por meio de publicação no Diário Oficial do Município.

- Representante da FMC: Álvaro Américo Moreira Sales
- Representante do Conselho Municipal de Cultura: Rafael Barros Gomes
- Representante dos equipamentos e espaços culturais: Gustavo Bones
- Representante dos movimentos sociais: Thiago Antônio Costa de Almeida
- Representante da classe artística: Henrique Alexandre de Sena
- Representante dos comerciantes: Antônio Eustáquio Pereira dos Santos
- Representante dos moradores do entorno: Andréia Costa
- Representante dos arquitetos e urbanistas: Flavio de Lemos Carsalade
- Representante dos esportes urbanos: João Francisco Emmermacher Seixas
- Representante da população em situação de rua: Jadir de Assis
- Representante da mobilidade e acessibilidade: João Paulo Alves Fonseca

(Fonte: DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO, 2013)

Reuniões da CRSC:

28 de março de 2013 | Edifício Central | integrantes da comissão
Conteúdo: discutir as diretrizes e estratégias que pautariam a ação da Comissão. Representativa

4 de abril de 2013 | Escritório André Buarque Arquitetura (responsável pelo projeto), CRSC e representantes da Fundação Municipal de Cultura.
Conteúdo: Apresentação pelos representantes da FMC das diretrizes gerais do projeto, de questões referentes à ordem dos recursos orçamentários necessários e o esclarecimento de que estes ainda não estariam garantidos. Estabeleceu-se que o projeto não deveria se restringir ao volume de recursos previstos – que se mostraria pequeno diante das melhorias necessárias - mas deveria incluir questões mais amplas, que conformariam pauta de futuros debates entre a comunidade e o poder público.

25 de abril de 2013 | Escritório André Buarque Arquitetura, SUDECAP, Secretaria de Governo, Secretaria Municipal Adjunta de Planejamento Urbano, Secretaria Municipal de Políticas Sociais, Secretaria Adjunta de Fiscalização e representante da Câmara Municipal do gabinete do vereador Arnaldo Godoy.
Conteúdo: Apresentação pelos órgãos governamentais de informações relativas a projetos em execução ou a serem executados na área. Dentre estes destaca-se a Operação Urbana Consorciada (OUC) Leste-Oeste, que está sendo desenvolvida pela Prefeitura Municipal de Belo Horizonte com o intuito de promover uma grande reformulação urbana na cidade. Foi informado, no entanto, que o projeto do Corredor Cultural estaria sendo desenvolvido de maneira independente de tal operação e que um projeto de reforma do baixio do Viaduto Santa Tereza - realizado previamente a pedido da prefeitura de Belo Horizonte, estaria em vias de ser aprovado. A comissão, solicitou, assim, ao vereador Arnaldo Godoy, que fosse feito um pedido de vista ao projeto antes de sua votação na Câmara. Tal pedido foi acatado e o projeto pôde ser analisado e discutido de maneira detalhada pela CRSC. O projeto mostrava-se desamasiadamente setorizado e portanto, inadequado a uma área na qual a liberdade e a flexibilidade de modos de apropriação é algo imprescindível. A CRSC solicitou que fossem retiradas a arquibancada, a ciclovia e a quadra de basquete, e que fossem mantidas as inscrições presentes nos muros do local. Tais pedidos, explicitados na Câmara durante a votação do projeto, foram todos aprovados.

7 de maio de 2013 | Membros da CRSC.
Conteúdo: Discussão dos marcos legais que poderiam legitimar a participação popular no projeto, como, por exemplo, o estabelecimento de um possível Plano Diretor Participativo a ser implementado na área. Análise do decreto, publicado no dia 4 de maio de 2010 pela Prefeitura de Belo Horizonte, que instituiu a cobrança para a realização de eventos na Praça da Estação. Decidiu-se pela realização de um pedido formal para que o horário de funcionamento do Parque Municipal fosse prolongado até as 22 horas e para que o uso de skate, patins e bicicletas fosse permitido em seu interno. Tais questões, juntamente com as referentes ao decreto da Praça da Estação e ao estabelecimento do Plano Diretor Participativo, conformariam uma suposta agenda de pontos a serem discutidos junto ao prefeito e aos órgãos governamentais. A reunião com o prefeito foi solicitada, sem êxito.

8 de maio de 2013 | Representante da Diretoria de Ação Cultural da Fundação Municipal de Cultura e chefe de gabinete da presidência da Fundação.
Conteúdo: Discussão das leis e decretos vigentes.

17 de maio de 2013 | Representates da Policia Militar, da Belotur, do Departamento Jurídico da Fundação Municipal de Cultura e da Fundação Municipal de Parques.
Conteúdo: Discussão das leis e decretos vigentes.

23 de maio de 2013 | FMC | Escritório André Buarque Arquitetura, CRSC, representantes da FMC.
Conteúdo: Discussões a respeito do Centro de Referência para a População de Rua, posicionado pelos arquitetos em terrenos que, até o momento, não incluem-se na área oficialmente destinada ao projeto. Foram discutidas, assim, possíveis formas de viabilizar a manutenção de sua localização e as lutas futuras que poderiam auxiliar neste processo.

28 de maio de 2013 | Centro Cultural CentoeQuatro | Audiência Pública
Conteúdo: Apresentação do projeto pela equipe de arquitetos. Duras críticas por parte da população civil, que considerou o projeto pouco inovador no que se refere ao atendimento de questões de cunho social.

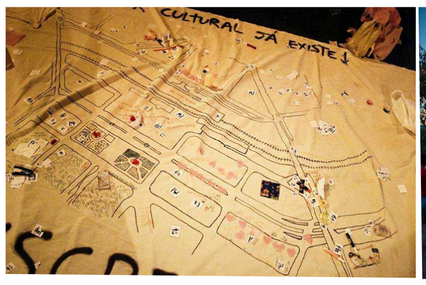
MANIFESTAÇÕES DE JUNHO

Criou-se a Assembleia Horizontal Popular e os Grupos Temáticos (GT's) de discussão - dentre os quais o GT Arte e Cultura - que passaram a utilizar a área do Viaduto Santa Tereza como palco das reuniões. Ocupo-se a Câmara dos Vereadores de Belo Horizonte.

A OCUPAÇÃO

Durante a ocupação da Câmara Municipal, em conversas com os realizadores do Duelo de Mcs e com integrantes do GT de Arte e Cultura, a ideia gerada na disciplina de promover uma ocupação artístico-cultural ganhou corpo. O ato, então nomeado "A Ocupação" passou a envolver outros atores e pautas e foi adiada para o dia em que se planejava desocupar a Câmara. Foi assim que, no primeiro domingo de julho, fez-se a primeira Ocupação artística e cultural do baixio do Viaduto Santa Teresa, reunindo diversos atores culturais e políticos em torno do objetivo comum de questionar a forma de construção e apropriação do espaço público na cidade.

Pneus velhos foram pendurados na estrutura do viaduto gerando "balanços", nos quais as pessoas podiam experimentar, de forma lúdica, outra forma de con-viver no local. Produziu-se e distribuiu-se fanzines que, ao ilustrar o cotidiano dos moradores de rua da área, tornaram visíves estórias muitas vezes ocultas da cidade que aqueles corpos nômades carregam. Fez-se, também, um "banquete comunitário", por meio do qual foi possível compartilhar, em uma grande mesa montada sob o viaduto, fazeres e prazeres relacionados ao ato de comer. Domesticidades desdobrando-se no espaço público, e a cidade passa a ser, mesmo que momentaneamente, atravessada pela ideia do comum. As superfícies também foram ocupadas. Grafiteiros promoveram oficinas para os interessados em táticas de estampar-se nos muros da cidade. Projeções imprimiram na fachada da sede do teatro Espanca vídeos e imagens enquanto, no mesmo local, aconteceu uma aula pública com o tema "Criar é resistir").



RESULTADOS PARCIAIS

A Ocupação teve o grande êxito de juntar forças e mostrar que é possível resistir com criatividade a políticas urbanas de cunho puramente mercadológio. Sob o slogan "o corredor cultural já existe", pairava a ideia de uma nova cidade, mais habitável e democrática, construída a partir das necessidades e desejos da população e não somente das dinâmicas segregatórias do mercado imobiliário.

Após essa primeira experiência, "A ocupação" tornou-se um ato artístico-político itinerante de ocorrência mensal, reúnindo atos simbólicos e políticos que suscitam a emergência de um sentimento crítico a respeito da ocupação dos espaços da cidade. Em sua segunda edição, o ato direcionou-se novamente ao questionamento do projeto Corredor Cultural da Praça a Estação. Após todo esse movimento, o projeto arquitetônico encomendado pela Fundação Municipal de Cultura para a área foi descartado e os rumos da mesma encontram-se, atualmente, em processo de reformulação por parte do governo, que renomeou o local como Zona Cultural.

TENHO UMA IDEIA PRA UM PROJETO CULTURAL O QUE FAZER?

A LEI ROUANET

A lei federal de incentivo à cultura, também conhecida como Lei Rouanet foi criada em 1991 e é responsável pela instituição de políticas públicas para a cultura nacional. Através da Lei Rouanet foi estabelecido o Programa Nacional de Apoio à Cultura (Pronac), que canaliza recursos para o desenvolvimento do setor cultural.

O Pronac funciona por meio dos seguintes mecanismos de apoio:

[empresas]
LEI DE INCENTIVO FISCAL + **FUNDO NACIONAL DE CULTURA** [estado]

O **INCENTIVO FISCAL** possibilita que cidadãos (pessoa física) e empresas (pessoa jurídica) apliquem parte do imposto de renda devido em ações culturais.
O **FUNDO NACIONAL DA CULTURA** é um mecanismo de fomento no qual recursos da união são diretamente investidos em ações culturais.

Observa-se que, por meio das leis de incentivo, a iniciativa privada adquire papel de protagonista no fomento à arte e à cultura no país. Grande parte dos recursos investidos partem de suas mãos.

Em 2011, **96,5%** do total de recursos investidos em cultura no Brasil partiram da iniciativa privada, o que mostra a extrema influência que as decisões internas de grandes empresas exercem no que é produzido em termos de arte e cultura no país.

Uma das consequências da forte influência que o setor privado exerce na política cultural no Brasil é a distribuição geográfica desigual dos investimentos culturais no território nacional.

LEI ROUANET (2011)

Em 2011, 70% do total dos investimentos nacionais foram direcionados à São Paulo e Rio de Janeiro, que representam apenas 30% da população nacional, mas correspondem juntos a 44% do PIB do país. A mesma concentração repete-se em Minas Gerais, onde a maior parte dos recursos vai para a RMBH, região que apresenta o maior PIB do estado.

LEI ESTADUAL DE INCENTIVO À CULTURA

A lei de incentivo estadual em Minas Gerais atua, no âmbito da Secretaria Estadual de Cultura, de forma similar à Lei Rouanet, com a diferença de que a isenção é feita sobre o ICMS (imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual, intermunicipal e de comunicação).

LEI MUNICIPAL DE INCENTIVO À CULTURA

A Lei Municipal, em Belo Horizonte, enquadra-se no programa da Fundação Municipal de Cultura e refere-se a isenções do ISS (imposto sobre qualquer serviço). Para cada uma das leis de incentivo mencionadas, existem diversos edirais, com pré-requisitos específicos para a inscrição de projetos culturais. Além das leis de incentivo existem também outros mecanismos pelos quais as parcerias público-privadas podem ocorrer no âmbito cultural. Dentre eles, destacam-se as doações, os patrocínios diretos, os termos de parceria e/ou de cooperação e os convênios.

PRODUÇÃO COLETIVA INDEPENDENTE

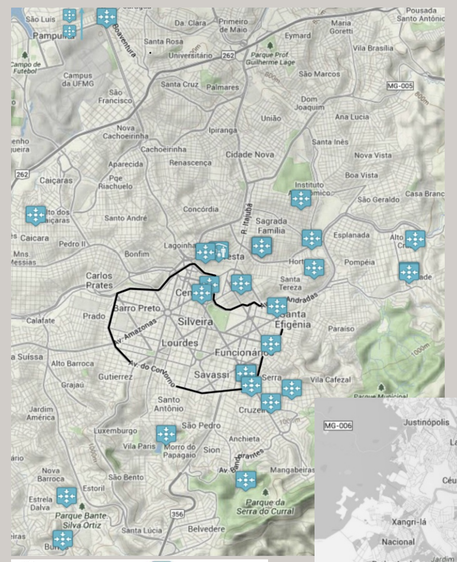
O financiamento coletivo (crowdfunding) consiste na obtenção de capital para iniciativas de interesse coletivo através da agregação de múltiplas fontes de financiamento, em geral pessoas físicas interessadas na iniciativa. O termo é muitas vezes usado para descrever especificamente ações na internet com o objetivo de arrecadar dinheiro para artistas, jornalismo cidadão, pequenos negócios e start-ups, campanhas políticas, iniciativas de software livre, filantropia e ajuda a regiões atingidas por desastres, entre outros.

É usual que seja estipulada uma meta de arrecadação que deve ser atingida para que o projeto seja viabilizado. Caso os recursos arrecadados sejam inferiores à meta, o projeto não é financiado e o montante arrecadado volta para os doadores.

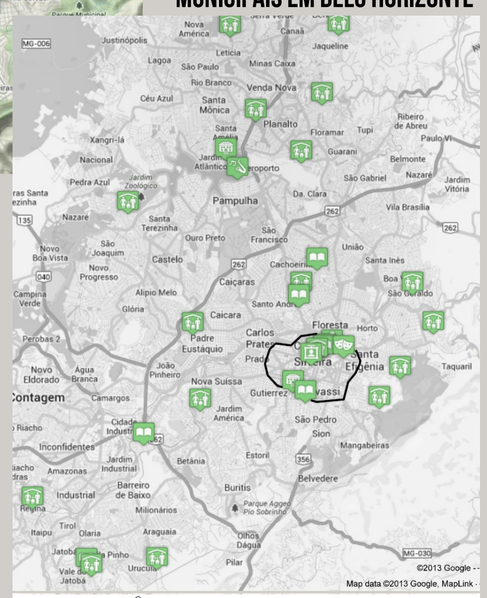
Diversos sites oferecem a possibilidade de criação para uma campanha de crowdfunding como:
www.catarse.me
www.impulso.org.br

Um mapeamento colaborativo das plataformas de crowdfunding existentes no Brasil pode ser acessado em: mapadocrowdfunding.tumblr.com

MAPA DOS EQUIPAMENTOS CULTURAIS LIGADOS A POLÍTICAS FEDERAIS EM BELO HORIZONTE



MAPA DOS EQUIPAMENTOS CULTURAIS LIGADOS A POLÍTICAS MUNICIPAIS EM BELO HORIZONTE



FONTE: ARTE, ARQUITETURA E TERRITÓRIO: A EXPERIÊNCIA CULTURAL NO ESPAÇO URBANO. BERQUÓ, PAULA BRUZZI. BELO HORIZONTE, 2013.